

PLANEJAMENTO URBANO E PSICANÁLISE: O QUE OS MORADORES DE FAVELAS TÊM A VER COM ISSO?

**José Moacir de Sousa Vieira, Cilene Gomes, Mário Valério Filho,
Rodolfo Moreda Mendes, Jonas de Oliveira Boni Júnior**

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi,
2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, jmoacir.sv@gmail.com,
cilenegs@univap.br, mvalerio@univap.br, rodolfo.mendes@cemaden.gov.br,
Jonas.boni.junior@gmail.com

Resumo

As favelas e comunidades urbanas não são apenas espaços com ausência de infraestrutura, mas territórios que revelam contradições entre cidade, sujeitos e sociedade e é nesse encontro que o Planejamento Urbano e a Psicanálise podem dialogar. O objetivo deste artigo é discutir os aspectos que envolvem os estudos no campo do Planejamento Urbano e Regional e da Psicanálise, buscando estabelecer relações com a realidade dos moradores que vivem em condições de precariedade nas favelas e comunidades urbanas brasileiras. Adotamos como procedimento metodológico a pesquisa documental indireta, utilizando indicadores secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e revisão bibliográfica integrativa. Como resultado, entendemos que a análise articulada entre essas duas áreas do conhecimento possibilita ampliar a compreensão sobre os vínculos subjetivos e sociais da precariedade habitacional, revelando a necessidade de abordagens interdisciplinares para a construção de estratégias mais inclusivas.

Palavras-chave: Planejamento Urbano e regional. Psicanálise. Favelas e Comunidades Urbanas. Precariedade Habitacional. Políticas Públicas. Interdisciplinaridade.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicada - Planejamento Urbano e Regional.

Introdução

Nas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil tem se consolidado com marcas de desigualdade, revelando tanto as formas de produção do espaço quanto as contradições inerentes ao modelo capitalista de desenvolvimento. Além da proliferação de moradias em condições precárias, como favelas e comunidades urbanas, intensificaram-se os processos de despossessão e desterritorialização, responsáveis por deslocar comunidades inteiras a fim de abrir espaço para grandes obras de infraestrutura ou projetos imobiliários orientados, sobretudo, pelos interesses privados, que favorecem uma pequena elite em detrimento das populações que mais necessitam. “Assim, a imbricação entre exclusão social e desterritorialização parte do pressuposto de que ambas as noções incorporam sempre um caráter social” (Haesbaert, 2024, p. 313).

Segundo Lacerda (2013), o campo do Planejamento Urbano e Regional constitui-se como um espaço de permanente atualização conceitual e metodológica, impulsionado pelos avanços científicos e tecnológicos, que tornam a realidade social cada vez mais complexa. Embora o Estado ainda concentre grande parte da responsabilidade pelo planejamento urbano e regional, esse processo ultrapassa os limites da esfera estatal, envolvendo também atores sociais, econômicos e comunitários. Isso torna relevante um olhar interdisciplinar, pois “evoca um espaço comum e exige uma real cooperação, na medida em que busca solucionar problemas” (Lacerda, 2013, p. 91).

O planejamento urbano e regional não pode ser reduzido a instrumentos técnicos ou meramente administrativos. Ele se relaciona com a vida cotidiana, com os sentidos atribuídos ao lugar, com a articulação entre diferentes escalas espaciais e com os modos de exercício da política e da democracia. Essa complexidade faz com que o planejamento seja permeado por práticas e discursos

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

interdisciplinares de natureza não apenas teórica, mas também política, humana, social e cultural, exigindo a consideração dos múltiplos agentes envolvidos na produção do espaço (Lacerda, 2013).

Neste artigo, o Planejamento Urbano e Regional é abordado de forma interdisciplinar, em diálogo com a Psicanálise, o que possibilita refletir sobre as dimensões subjetivas que atravessam os sujeitos e os processos sociais e espaciais. No espaço urbano, a *palavra* se torna efeito e potência das experiências vividas. Também, nas comunidades marcadas pela precariedade, a fala dos sujeitos adquire relevância, pois expressa a relação entre sofrimento psíquico e exclusão socioespacial. Ao colocar em primeiro plano o modo como Freud (1996a) compreendeu a fala e a palavra, percebemos que elas não apenas descrevem, mas também produzem sentidos e ressignificações sobre o território e a vida coletiva. Nesse sentido, articular Psicanálise e Planejamento Urbano amplia o entendimento sobre os vínculos da violação dos direitos sociais na subjetividade de moradores dessas comunidades, oferecendo subsídios para pensar tanto a produção do espaço quanto as formas de resistência que emergem dessas vivências (Vieira *et al.*, 2025a).

Metodologia

Neste estudo, adotamos como procedimento metodológico a pesquisa documental indireta, combinando duas estratégias: a análise de dados estatísticos secundários, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), e a realização de uma revisão bibliográfica integrativa (Marconi e Lakatos, 2021). Os dados estatísticos permitem traçar um panorama da população em favelas e comunidades urbanas, buscando compreender a dimensão da precariedade habitacional. A revisão bibliográfica possibilita uma abordagem interdisciplinar, em que o campo do Planejamento Urbano e Regional dialoga com a Psicanálise (Vieira *et al.*, 2025b).

O campo do Planejamento Urbano e Regional é estudado a partir da perspectiva de Lacerda (2013), que o concebe como dinâmico, em constante atualização metodológica e conceitual, atravessado por múltiplos agentes, práticas e discursos de natureza teórica, política, social e cultural. A Psicanálise, por sua vez, é abordada a partir de Sigmund Freud (1996b), considerando a centralidade da *palavra* e do inconsciente na constituição do sujeito.

Resultados

No âmbito do Planejamento Urbano e Regional percebemos uma abertura crescente para a pluralidade e para a incorporação de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Dialogamos com diversas correntes do pensamento científico, mas é necessário indagar até que ponto tais diálogos têm efetivamente produzido impactos na prática do planejamento (Gomes, 2019). Nos últimos anos, os debates neste campo de estudo têm incorporado dimensões da subjetividade, memória e imaginação. Contudo, o psiquismo ainda tem sido pouco explorado em relação à análise do espaço urbano, especialmente na produção acadêmica brasileira (Broide, 2022). Tradicionalmente, a relação entre mundo interno e mundo externo foi tratada de forma assimétrica, com ênfase predominante no externo, ou até mesmo considerando-o separado da vida psíquica (Dias, 2019). É nesse ponto de articulação, entre o interno e o externo, que se insere este trabalho, privilegiando a investigação sobre o mundo interno e sua interação com a experiência urbana.

Nesse cenário de abertura e de busca por novos olhares, recorreremos às contribuições da Psicanálise para refletir epistemologicamente sobre questões relacionadas ao espaço urbano. Embora ainda de forma incipiente, começam a surgir pesquisas que apontam para essa interlocução, como a tese de doutorado de Dias (2019), *Lugar geopsíquico: contribuições da Psicanálise para uma epistemologia da Geografia*. Esse trabalho exemplifica um movimento acadêmico que busca integrar a dimensão psíquica às análises espaciais, ampliando o entendimento do urbano para além de sua materialidade física e revelando como a memória, o desejo e a subjetividade atravessam a construção do território.

A interdisciplinaridade no âmbito do Planejamento Urbano se apresenta como um caminho necessário diante da complexidade dos problemas urbanos contemporâneos brasileiros, que não podem ser compreendidos ou solucionados a partir de uma única abordagem. Ela implica não apenas a interação, mas uma integração efetiva entre diferentes saberes, gerando reciprocidade e enriquecimento mútuo. Essa concepção destaca que a interdisciplinaridade envolve a transferência de métodos e conceitos entre áreas, o que pode ocorrer em diferentes níveis, aplicações, epistemologia

ou mesmo geração de novas subdisciplinas. Nesse sentido, o Planejamento Urbano e Regional, ao se abrir ao diálogo com campos como o urbanismo, a sociologia, a psicanálise ou a geografia crítica, amplia sua capacidade de interpretar e intervir na cidade e no direito à cidade, reconhecendo que esses fenômenos não se reduzem à materialidade da morfologia urbana, mas se constituem também nas dimensões subjetivas, sociais e culturais (Lacerda, 2013).

A Psicanálise surge no início do século XX, com a obra *A interpretação dos sonhos* (1900), de Freud (1996a), apresenta os fundamentos de seu método. Inicialmente voltada para o estudo das chamadas doenças nervosas, a Psicanálise rompeu com a lógica médica tradicional, que privilegiava apenas explicações físicas e químicas para sintomas que se manifestavam no corpo. Freud (1996b) acreditava que o tratamento poderia se dar também por outra via: a da palavra e escuta, inaugurando uma nova forma de compreender o sofrimento humano.

Desde suas origens, a Psicanálise destacou a potência do discurso, ao considerar o que o sujeito diz e como isso revela conteúdos inconscientes. Ao propor que o paciente falasse livremente o que lhe viesse à mente, Freud (1996b) deslocou o centro do saber médico para o próprio sujeito, reconhecendo que sua fala traz elementos fundamentais de seus sintomas. Trata-se, no entanto, de um saber que o sujeito desconhece: as palavras escapam, produzem efeitos e dizem mais do que ele próprio sabe. Assim, sonhos, lapsos e manifestações corporais passaram a ser entendidos como formas de expressão do inconsciente, fornecendo material clínico para a análise e construção do método psicanalítico. Para Freud (1996b), dessa maneira, o sintoma torna-se um precipitado simbólico que se materializa num plano intermediário entre instâncias, passível de ser decifrado e elaborado na superfície discursiva.

A elaboração da técnica de associação livre foi um evento determinante nesse processo. Freud (1996b) incentivava seus pacientes a relatarem tudo o que surgisse em seus pensamentos, ainda que lhes parecesse irrelevante ou sem sentido. Esse exercício permitia o acesso a conteúdos inconscientes que, muitas vezes, estavam encobertos pela censura consciente e expressos nas formações sintomáticas. Freud (1996a) demonstrou que, mesmo as produções aparentemente desconexas possuem coerência e podem ser analisadas em busca dos mecanismos psíquicos subjacentes. Esse breve contexto do método e aporte teórico da psicanálise em torno das formações inconscientes e do sintoma passa a ter uma conexão lógica com o abordado no presente artigo, a partir da referência à primeira formalização realizada em “Cinco lições de psicanálise” (1910), na qual Freud (1996a) aproxima o sintoma dos monumentos arquitetônicos dispostos nas cidades que são símbolos de traços históricos das experiências culturais de uma civilização: “Os monumentos com que ornamos nossas cidades também são símbolos dessa ordem” (Freud, 1996a, p. 33).

A Psicanálise constituiu-se como um método de investigação do humano, articulando teoria e prática a partir da palavra e da escuta em sua dimensão subjetiva, mas também método de leitura do social e dos restos simbólicos que a estrutura arquitetônica e de urbanização produziram com o tempo, na história. Seu alcance vai além do consultório, pois permite compreender como o sujeito se estrutura em função da relação com a linguagem, com o outro e com o espaço em que vive (Freud, 1996b). Nesse sentido, ao articular a Psicanálise no âmbito do Planejamento Urbano, torna-se possível interrogar como os discursos, memórias e afetos atravessam a vida urbana, revelando dimensões subjetivas que coexistem com a materialidade da cidade. Essa visão amplia o entendimento do espaço urbano, mostrando que ele não se reduz a formas físicas, mas também é tecido pela experiência subjetiva e pela historicidade dos sujeitos que o habitam (Safatle, 2025). Tal qual Freud (1996a) em “Cinco lições de psicanálise”, há uma relação dialética entre a dimensão subjetiva do sofrimento humano, com a dimensão civilizatória que os precipitados simbólicos deixam na urbanização, em sua dimensão de sintoma a ser decifrado, como causa do não-elaborado no percurso histórico do tempo.

Em consonância com a discussão desenvolvida neste artigo, Parquet (2003), apresenta pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Luta contra a precariedade e a exclusão, na França, a qual revelou que situações de exclusão social e de vulnerabilidade configuram fatores decisivos para o surgimento de manifestações de sofrimento psíquico. O relatório descreve sintomas como a perda de condutas adaptativas, a dificuldade de elaborar projetos de futuro e a concentração excessiva no presente. Ainda segundo esse documento, aparecem obstáculos no estabelecimento e na manutenção de vínculos afetivos e sociais, acompanhados de solidão, de falta de iniciativa e de resistência em reconhecer ou aceitar apoio. Essas condições tendem a estar associadas ao retraimento, à passividade, à baixa autoestima, ao desenvolvimento de comportamentos aditivos e a quadros

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

depressivos, evidenciando a forte relação entre precariedade habitacional e sofrimento psíquico (Parquet, 2003).

Na comparação intercensitária no Brasil de 1980 e 2022, constatamos uma expansão da população e do número de domicílios em favelas e comunidades urbanas. Nesse intervalo de tempo, observamos que os domicílios passaram de aproximadamente 490 mil para 6,56 milhões, e a quantidade de moradores aumentou de 2,28 milhões para 16,39 milhões. A Tabela 1 nos mostra esse crescimento expressivo que evidencia a persistência de desafios na garantia de habitação adequada e na integração dessas comunidades ao tecido urbano formal. Reconhecemos ainda que tal expansão está associada a disputas territoriais e às lutas pela permanência, aspectos que incidem diretamente no cotidiano e no sofrimento psíquico dos moradores (IBGE, 2022).

Tabela 1 - População e domicílios em favelas e comunidades urbanas (1980-2022)

Ano	Pesquisa	Domicílios (em milhão)	População residente (em milhão)
1980	Censo Demográfico	0,49	2,28
1991	Censo Demográfico	1,03	4,48
2000	Censo Demográfico	1,66	6,54
2010	Censo Demográfico	3,23	11,43
2022	Censo Demográfico	6,56	16,39

Fonte: Vieira *et al.* (2025a); (IBGE, 2022).

A expansão acelerada das favelas brasileiras revela a incapacidade histórica das políticas habitacionais de atender, de forma adequada, às necessidades dos cidadãos de baixa renda. O Censo Demográfico (2022) mostra que a proporção da população residente em favelas e comunidades urbanas passou de 6%, em 2010, para 8,1%, em 2022, alcançando aproximadamente 16,4 milhões de moradores em 12.348 comunidades. Esses dados apontam para a necessidade de revisão das estratégias habitacionais e urbanísticas, evidenciando a carência de um planejamento urbano que atenda às necessidades desses espaços precarizados e que assegure, ao mesmo tempo, a inclusão social, o bem-estar coletivo e a efetivação do direito à cidade (Vieira *et al.*, 2025a).

Entretanto, a realidade dessas comunidades ultrapassa as limitações materiais e estruturais, pois está marcada também por conflitos territoriais intensos, nos quais a luta pela permanência se constitui como elemento central para a preservação do território, do direito à cidade e da identidade de seus habitantes. Tais conflitos aprofundam a exclusão socioespacial e intensificam o sofrimento vivido pela população, revelando tanto a insuficiência de políticas habitacionais quanto a permanência de uma lógica de exclusão que mantém as pessoas vulnerabilizadas em áreas de risco, sem infraestrutura e com condições de vida precárias, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Panorama da população residente em favelas e comunidades urbanas

Quant.	Detalhamento
12.348	Total de favelas e comunidades urbanas
8,10%	Percentual da população que vive em favelas
72,90%	Percentual de pessoas negras e pardas que vivem em favelas, embora representem 55,50% da população total
26,60%	Percentual de pessoas brancas que vivem em favelas, embora representem 43,50% da população total
7.898	Estabelecimentos de ensino localizados em favelas brasileiras
2.792	Estabelecimentos de saúde localizados em favelas brasileiras
50.792	Estabelecimentos religiosos em favelas, com uma proporção de 18,2 para cada estabelecimento de saúde e de 6,5 para cada estabelecimento de ensino

Fonte: Vieira *et al.* (2025b); (IBGE, 2022).

As informações dos Censos apontam para a continuidade de profundas desigualdades estruturais no contexto urbano. Um dado marcante é que mais de 72% dos moradores de favelas são pessoas negras, embora esse grupo represente apenas 55,5% da população nacional, o que evidencia a persistência do racismo estrutural (Oliveira, 2021). Isso levanta questionamentos acerca das prioridades estabelecidas pelo poder hegemônico.

Discussão

Os dados apresentados evidenciam que as favelas e comunidades urbanas no Brasil não podem ser analisadas apenas como territórios de ausência de infraestrutura, mas como espaços que condensam contradições históricas, sociais e subjetivas. A expansão populacional e habitacional registrada entre os Censos de 1980 e 2022 revela tanto o fracasso das políticas habitacionais quanto a incapacidade do planejamento urbano de incorporar as especificidades desses territórios (IBGE, 2022). Nesse ponto, a articulação entre Planejamento Urbano e Psicanálise se mostra fecunda: se, de um lado, o planejamento busca interpretar e intervir na materialidade do espaço urbano, de outro, a Psicanálise permite compreender como essas condições se inscrevem na subjetividade dos moradores, gerando sofrimento e formas de resistência (Safatle, 2025).

Além disso, os dados censitários de 2022 reforçam o caráter estrutural das desigualdades. A sobrerrepresentação de pessoas negras residentes nas favelas (72,9%) mostra que a precariedade urbana não pode ser dissociada do racismo estrutural que perpassa a constituição histórica da sociedade brasileira. Esse dado corrobora a crítica feita por Safatle (2025), ao analisar que as lutas sociais no território não são apenas uma demanda habitacional, mas também um movimento de defesa da identidade coletiva e de contestação à lógica excludente do desenvolvimento urbano. Do ponto de vista psicanalítico, essas lutas podem ser interpretadas como expressões do laço social, em que a palavra, a memória e a intencionalidade se articulam como elementos fundamentais da constituição subjetiva diante da exclusão.

Assim, para compreender as favelas e comunidades urbanas a partir do diálogo entre Planejamento Urbano e Psicanálise pode-se também incorporar a leitura crítica de Milton Santos (1996) sobre a produção do espaço, especialmente no que se refere à dimensão da psicosfera. Para o Geógrafo, além da materialidade que compõe a cidade, há um campo simbólico e subjetivo que organiza as práticas sociais e os modos de vida, sendo fundamental para entender os conflitos e resistências nesses territórios. A psicosfera, nesse sentido, não se reduz a um espaço físico, mas refere-se ao conjunto de representações, afetos e sentidos que orientam as relações sociais, as práticas cotidianas e os modos de habitar a cidade. Como afirma o autor, a psicosfera é a esfera da ação, que pode ser mais bem traduzida como conjunto de “ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido” que, também constituindo esse meio, vai “fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (Santos, 1996, p. 256).

Neste estudo, ainda que em caráter de ensaio metodológico, exploratório, considerando a natureza do evento e o escopo de um pequeno artigo, apresentamos, mesmo que de forma não detalhada, exemplos empíricos que materializam a relevância da aplicação da psicanálise no contexto do espaço urbano. Embora referidos brevemente, destacamos dois trabalhos publicados de caráter empírico que orientam a construção deste artigo e que estão devidamente listados nas referências. O primeiro é a tese de doutorado de Dias (2019), defendida na Unicamp, que desenvolveu uma pesquisa empírica baseada na psicanálise. O segundo é o trabalho de Broide (2022), renomado professor com várias pesquisas que retratam a relação entre psicanálise e espaço urbano. Broide (2022) alcançou reconhecimento nacional ao realizar pesquisas, fundamentada na psicanálise, com moradores em situação de rua na cidade de São Paulo, destacando-se, entre suas obras, o livro *A psicanálise na cidade*.

A relação entre as contradições urbanas e os processos psíquicos evidencia a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. A precariedade habitacional, os conflitos territoriais e a insuficiência de políticas públicas não se traduzem apenas em carências materiais, mas produzem efeitos diretos no sofrimento psíquico e nas formas de pertencimento dos sujeitos (Dias, 2019). O diálogo entre Planejamento Urbano e Psicanálise, portanto, contribui para revelar que a cidade é também um espaço de produção de sentidos, atravessado pela linguagem, pela memória e pela luta social. Reconhecer essa dimensão abre caminho para práticas de planejamento que superem a fragmentação disciplinar e que se construam políticas públicas mais inclusivas, capazes de articular o direito à cidade ao direito ao reconhecimento subjetivo dos indivíduos singulares.

Conclusão

Ao articular o campo do Planejamento Urbano e Regional à Psicanálise, buscamos evidenciar que a cidade é, ao mesmo tempo, um espaço físico e simbólico. Os conflitos territoriais e a precariedade da infraestrutura, quando analisados apenas pela ótica da materialidade, tornam-se insuficientes para

compreender a totalidade da experiência urbana. Faz-se necessário considerar também as dimensões subjetivas que atravessam os sujeitos, demonstrando que as condições de vida em favelas produzem efeitos tanto no laço social quanto no sofrimento psíquico, mas igualmente possibilitam formas de resistência e de produção de sentidos.

Embora o Estado ainda concentre grande parte da responsabilidade pelo planejamento urbano e regional, esse processo ultrapassa os limites da esfera estatal, envolvendo também sujeitos sociais, econômicos e comunitários. Trata-se, assim, de um convite à reflexão crítica sobre a formulação de políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões da vida urbana e, sobretudo, sobre como recolocar, no pensar de novas estratégias, a questão que norteia este trabalho: “Planejamento Urbano e Psicanálise: o que os moradores de favelas têm a ver com isso?”

Referências

BROIDE, Jorge. **A psicanálise na cidade**. São Paulo: Escuta, 2022.

DIAS, Juliana Maddalena Trifilio. **Lugar geopsíquico: contribuições da Psicanálise para uma Epistemologia da Geografia**. 2019. 306f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise (1910)**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (Vol. 11).

FREUD, Sigmund. **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (1932-1936)**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

GOMES, Cilene. Lugar de resistência e construção do futuro: apontamentos a um ensaio reflexivo. **Ideias**, v. 10, n. 1, p. e019004-e019004, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: características gerais da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LACERDA, Norma. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, p. 77-93, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. Ed. Dandara, 2021.

PARQUET, Philippe Jean. **Souffrance psychique et exclusion sociale. Rapport au Secrétariat d'État à la Lutte contre la précarité et l'exclusion**. Paris: Secrétariat d'Etat à la lutte contre la précarité et l'exclusion, Ministre des Affaires Sociales, du Travail et de la Solidarité, 2003.

SAFATLE, Vladimir. Transformar a Psicanálise em uma arma: lutas sociais e silenciamento no contexto brasileiro. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 28, n 1, p. e298691, 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

VIEIRA, José Moacir de Sousa. *et al.* Sofrimento psíquico e condições de vida precárias: o caso da falta de saneamento básico em favelas e comunidades urbanas. **Revista Univap**, [s./l.], v. 31, n. 70, 2025a. DOI: 10.18066/revistaunivap.v31i70.4587.

VIEIRA, José Moacir de Sousa *et al.* Conflitos territoriais e resistência à remoção de favelas: implicações no sofrimento psíquico. **Anais do XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Curitiba, 2025b.